

ESCRITA DE SI E NARRATIVA HISTÓRICA

Teresa Malatian

Departamento de História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP / Franca

Resumo: este texto foi elaborado com a finalidade de discutir alguns aspectos ligados ao uso da História Oral e outros procedimentos autobiográficos, considerados em sua trajetória de constituição de um campo de estudos. Desde a realização de entrevistas até sua transcrição e seu uso na construção do conhecimento, os questionamentos se impõem.

Palavras-chave: Memória, Biografia, Autobiografia, Escrita de si, História oral.

O ensino de História nas séries iniciais do Ensino Fundamental vem sendo direcionado pelas diretrizes curriculares nacionais (Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN). Em 2008, o Estado de São Paulo elaborou uma nova proposta, sistematizada em 2010¹, voltada para o objetivo de possibilitar ao aluno a compreensão integrada das dimensões da vida social e seu reconhecimento como sujeito histórico individual e coletivo. A trajetória de vida de cada aluno constitui sua referência para esta compreensão da historicidade e o ponto de partida para uma visão mais ampla do significado das ações humanas em sua dimensão social.

1. Resolução SE – 98 (23-12-2008), que estabelece diretrizes para a organização curricular no Estado de São Paulo. Ver São Paulo (2010).

No processo de ensino-aprendizagem, a vivência individual do aluno constitui o centro da reflexão sobre a inserção social considerada em perspectiva temporal, histórica, orientada para as dimensões da vida cotidiana, a partir da qual se abrem perspectivas de maior alcance temporal e espacial de análise e compreensão da vida em sociedade. Da abordagem dos grupos mais íntimos de convívio, o processo de reconhecimento de pertença e identidade se amplia para outros tempos e espaços, dos quais o aluno participa direta ou indiretamente, ou aos quais tem acesso por meio de narrativas biográficas. Ou seja, trata-se do estudo da criança em um enfoque autobiográfico abrangente e articulado aos grupos com os quais ela convive.

As leituras do mundo da criança iniciam-se com as práticas da escrita de dimensão autobiográfica. Nas séries iniciais do Ensino Fundamental, busca-se adequar essas práticas às possibilidades cognitivas correspondentes a esta faixa etária e às especificidades culturais

entendidas em perspectiva de grupos sociais, aos quais o aluno se integra desde a família até os contextos mais amplos que lhe conferem identidade.

O ensino de História assim dimensionado cria condições para a aquisição paulatinamente ampliada de tempo e temporalidade histórica que possibilitará a compreensão da dimensão histórica da vida social, desde o ambiente familiar até a perspectiva de largos períodos históricos e espaços de maior dimensão, nos quais se insere a História do Brasil. As práticas de construção de biografias, autobiografias e entrevistas de História Oral formalizam na prática didática esta dimensão curricular do Ensino Fundamental.

A ESCRITA DE SI: ALGUMAS REFLEXÕES

Os escritos autobiográficos abrangem diversas modalidades, também conhecidas como escritas de si, cuja principal característica é o uso da primeira pessoa, do singular ou plural, no discurso, em que o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta. Diários, biografias, autobiografias, cartas e relatos de histórias de vida alcançaram na contemporaneidade o estatuto de objeto de estudo na Historiografia e constituem meio privilegiado de acesso a atitudes e representações do sujeito, o qual decorre de um movimento de valorização das memórias individuais.

Ao nos debruçarmos mais detidamente sobre o tema, dilui-se a aparente simplicidade do procedimento de produção, armazenamento e evocação de lembranças que constituem a memória. O estatuto da lembrança e sua contrapartida, o esquecimento, suscitam a série de mediações que intervêm e se inscrevem no processo memorialístico: o meio; o contexto econômico, social, político, cultural; os indivíduos e grupos envolvidos; o acesso à linguagem; os itinerários sociais; as representações e os valores a elas subjacentes. Embora se trate de um discurso sobre o passado, nos fala muito do presente e das circunstâncias que permitiram sua construção.

Em outras palavras, a maneira como os homens contam suas vidas não pode ser dissociada da realidade sócio-histórica, na qual sociedades e culturas representam e codificam as relações entre indivíduo e coletividade, público e privado, e do indivíduo em relação a si mesmo. Estas relações elucidam práticas de construção do homem como sujeito que cria para si um passado e um futuro. O peso atribuído a certas interpretações que ressaltam o poder repressor e castrador da sociedade, ou seja, as relações de poder presentes na construção de relatos e, por extensão das práticas de memória, não eliminam, entretanto, o espaço das escolhas individuais.

Retomo, inicialmente, as considerações sobre o tema feitas por um autor que se tornou clássico nos estudos sobre memória na dimensão das relações entre o indivíduo e seu mundo:

Maurice Halbwachs, no texto *A memória coletiva*. Seus estudos de psicologia social sobre o caráter coletivo da memória, datados das primeiras décadas do século XX, ainda hoje nos alertam para a dimensão grupal da construção das lembranças e do processo rememorativo. A vitalidade de seu pensamento persiste subjacente a interpretações que levaram adiante a percepção da relevância do grupo enquanto suporte da memória. O conjunto de lembranças é por ele considerado como dimensão temporal, espacial e social da cultura, por meio da qual a memória liga-se irrevogavelmente à vida do grupo ao qual ela serve e de cuja trajetória ela participa. A memorização feita por um grupo significa a construção de um “patrimônio de lembranças” que comporta valorização ou exclusão de personagens e eventos, em suma, a apropriação seletiva do passado e do presente.

A construção de lembranças obedece a certos critérios de observação, como a autoridade (a certificação por uma pessoa autorizada), a acumulação de detalhes (tanto mais abundantes quanto menos verossímeis), visando à formação de um tipo ou estereótipo (acredita-se ser verdadeiro aquilo que está conforme um modelo, por exemplo, de herói ou traidor). Trata-se de uma construção baseada em uma representação do mundo, que obedece a um dado ordenamento. A memória consiste em uma dimensão temporal da cultura e sua coerência aparente remete aos quadros que sustentam o conjunto, conferindo-lhe um sentido. Seus diversos registros (orais, festas, monumentos, escritos, gestos, rituais etc.) possuem em comum a característica de reunirem lembranças escolhidas, valores e regras de ação das quais não está ausente a dimensão afetiva associada a procedimentos de identificação, garantidores da coesão grupal tanto dos autores, como dos receptores das lembranças.

HISTÓRIA ORAL – A VOZ DOS EXCLUÍDOS DA HISTÓRIA

Entre as diversas formas de trabalho com a memória, a História Oral constitui uma das mais significativas na contemporaneidade, tanto pela riqueza de suas abordagens, como pela abrangência da coleta de informações para a pesquisa histórica. Considera-se a História Oral como método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista oral com vistas a construir e preservar narrativas sobre as mais diversas facetas da experiência da vida em sociedade. Em suma, a História Oral, assim considerada, visa criar fontes históricas a serem utilizadas na construção da escrita da História.

Desde os anos 1960, nos Estados Unidos, historiadores que procuravam trazer para a História as vozes dos excluídos utilizavam o procedimento da entrevista como instrumento de conscientização política. Este “movimento” da História Oral voltou-se para as vozes vindas das ruas, recuperou os contadores de histórias e procurou fazer dos entrevistados e de

seus relatos agentes transformadores da história. Houve importante influência da contracultura, do movimento hippie, da Guerra do Vietnã, do maio de 68, no crescente interesse pelo “outro lado da história”, que caracterizou os trabalhos desenvolvidos desde então. O objetivo desse movimento consistia na construção de uma História alternativa, voltada para os excluídos, além dos já mencionados, imigrantes, índios, mulheres, homossexuais. Todos os guetos passaram a ser objeto da História Oral, que pretendeu fazer uma História mais democrática, aberta não apenas para a elite – como os estudos de *elitelore* –, mas também para os demais integrantes da sociedade. A abertura às pessoas comuns possibilitou o grande crescimento da História Oral, mas colocou novos questionamentos por se tratar de uma Historiografia militante, na qual não se afirmava mais a necessidade de neutralidade do pesquisador, uma vez que a História pretensamente neutra passou a ser apontada como consagradora da dominação. Além das universidades, o suporte financeiro para esses projetos veio de grupos e sociedades não governamentais, envolvidos com diversas causas sociais.

Nos anos 1980, novos questionamentos derivaram do movimento da História Oral norte-americana: a estrutura da entrevista, o trabalho do historiador, a hermenêutica da entrevista e, principalmente, a relação entre a memória individual e a memória coletiva, que retomou a obra de Maurice Halbwachs. Ampliou-se o leque dos campos de conhecimento em que a História Oral é empregada, aglutinando antropólogos, sociólogos, etno-arqueologistas, estudiosos de linguagem e de cultura popular, os quais encontraram no *International Journal of Oral History* um veículo de expressão do debate sobre questões teóricas que assumiram caráter interdisciplinar. Persistiram os questionamentos sobre a validade de uma História militante, escrita *de dentro* por pesquisadores que experimentam identificação profunda com o objeto e que constituiu importante direcionamento do movimento da História Oral. O campo desta modalidade passou a ser cada vez mais o território do social, com diversas interfaces interdisciplinares que tornaram o trabalho com as fontes cada vez mais complexo, acompanhando o movimento de expansão das fronteiras da Historiografia.

Na Grã-Bretanha o início do movimento de História Oral direcionou-se para estudos sobre folclore irlandês e escocês, que focalizaram temas regionais a partir de testemunhos de seus protagonistas. Os aportes da Antropologia foram decisivos para o crescimento dessa tendência, que foi impulsionada por pesquisadores comprometidos com as transformações das condições de vida das classes populares, como a alfabetização de adultos, de sindicalistas e, sobretudo, daqueles ligados aos trabalhadores nas minas. Pesquisadores, como Paul Thompson, passaram a utilizar a História Oral como base para a reflexão e a ação, inspirando os *History workshops*, jornadas de discussões animadas por Raphael Samuel. Seus resultados têm sido publicados na revista homônima, constituindo os estudos de História operária um campo fértil de desenvolvimento da História Oral militante. Este tipo de história é praticado com a finalidade de dar voz aos operários e, assim, colocá-los como temática dentro

da Historiografia, no sentido de construção de uma História mais democrática e alternativa, perspectiva de estudar o *fazer-se* da classe operária que tem como expoentes mais conhecidos E. P. Thompson e E. Hobsbawm.

O governo trabalhista e a expansão econômica do pós-guerra possibilitaram o despertar de maior interesse por estes estudos, expandindo o campo da História social em decorrência do entusiasmo pelas autobiografias de operários. Ao dar voz aos sujeitos históricos que habitualmente não deixam traços voluntários de suas vidas, a História Oral, assim praticada, procurou ultrapassar o âmbito da História oficial da própria classe operária escrita pelos sindicatos. Vozes alternativas surgiram do estudo do trabalhador não sindicalizado, do chamado trabalhador convencional e dos estudos sobre cultura operária, complementando biografias de líderes sindicais, preenchendo lacunas e trazendo também novas informações sobre o processo de trabalho, o chão da fábrica. O fazer-se operário abriu-se também para novas temáticas da História operária: a mulher, a criança, a família, o lazer, a alimentação, o vestuário etc.

Do ponto de vista metodológico, a História Oral elaborada pelos britânicos caracterizou-se por não se considerar apenas como técnica de produção documental para registro e preservação de memórias, e sim como nova forma de prática historiográfica. Tanto pelo contato do historiador com os entrevistados e pela sua não reclusão ao mundo de arquivos e bibliotecas, quanto pelo seu objeto, o mundo das classes populares, esta vertente individualizou-se em sua proposta de reescrita da História a partir das bases, através dos depoimentos das pessoas que dela tiveram experiência. Novas fontes, novas formas de análise e novos objetos foram utilizados para a construção dessa História. Paul Thompson destacou-se nesta inovação ao apresentar trabalhos de reflexão sobre o método e ao realizar pesquisas empíricas relevantes.

Na Itália, a utilização da História Oral, de forte cunho social, surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, igualmente fora dos muros da universidade e ligada aos estudos de grande relevância sobre operários, camponeses, favelados e aspectos não revelados pela Historiografia como a resistência guerrilheira durante a época do fascismo. Destacam-se as obras inovadoras de Franco Ferraroti, Alessandro Portelli, Luiza Passerini, bem como a publicação periódica *Fonti Orali*. Ali se repetiu a resistência do meio acadêmico em receber a História Oral e em aceitar os registros orais como fontes fidedignas, restringindo-se sua validade ao preenchimento de lacunas deixadas pela documentação escrita. Apesar disso, ocorreu uma grande expansão da História Oral militante a partir de 1968, com o objetivo de trazer a público aspectos da cultura popular e antagonismos sociais.

Uma significativa contribuição às reflexões sobre o estatuto da História Oral foi dada por Luiza Passerini que, em seus trabalhos, procurou avançar com respostas às questões a respeito da subjetividade, afirmando que no momento da rememoração não conta apenas a veracidade do narrado, mas são igualmente importantes as reações emocionais que o entrevistado apresenta diante dos eventos por ele guardados na memória enquanto representação. Os efeitos das estruturas produtivas na consciência individual foram assim valorizados em uma abordagem referida ao marxismo e a Freud, que abre campos para o trabalho crítico com as fontes. O estatuto epistemológico das fontes orais e sua transcrição foi interpretado como trabalho de construção conjunta entre entrevistador e entrevistado, e não apenas ato rememorativo individual a ser desvendado e melhor compreendido com os aportes da Psicanálise. Criou-se, um campo novo e complexo de interdisciplinaridade.

Alessandro Portelli preocupou-se com aspectos políticos da História Oral, principalmente com a relação entre a produção dos relatos e a macro política, mostrando que não apenas o fato histórico relatado na entrevista interessa ao historiador oralista, mas também os desejos, as ilusões, os fracassos, tudo aquilo que o narrador gostaria de ter feito e aparece nos relatos como obra realizada.

Na França, a História Oral desenvolveu-se mais tardiamente, apesar dos trabalhos precursores e hoje recuperados de Jules Michelet. A solidez da Escola Metódica impôs-se desde o século XIX, limitando a tradição oral à exclusão do discurso historiográfico, por postular a fragilidade do testemunho oral, a possibilidade de distorção dos dados sobre fatos vividos, a vulnerabilidade da memória dos entrevistados e sua proximidade com a lenda ou anedota. A construção do discurso histórico com bases na concepção de ciência como domínio da objetividade, assentada sobre a crítica do texto, restringiu o uso dos depoimentos orais e valorizou os documentos escritos, em torno dos quais se construiu a principal instituição da memória: os grandes arquivos que guardam a documentação escrita. A avaliação negativa da tradição oral, nesta perspectiva historiográfica, resultou em sua marginalização na escrita da História.

A revalorização de Maurice Halbwachs respondeu ao questionamento do historiador oralista sobre o estatuto da memória, a forma de sua produção e permanência, as relações que guarda com o passado vivido e a mutabilidade das versões como solicitação do presente. Halbwachs, em suas obras *Os quadros sociais da memória* (1925) e *A memória coletiva* (1950), abordou este tema do ponto de vista da psicologia e da sociologia, com base em teses sobre a produção da memória pelo indivíduo e as relações entre a memória individual, e a memória coletiva, abrindo pistas importantes para a compreensão do processo de rememoração provocado na situação de entrevista.

No Brasil, a História Oral foi introduzida em 1975 com um curso sobre o método realizado na Fundação Getúlio Vargas – CPDOC. Foi uma iniciativa de impacto, pois dali surgiram diversos programas. O movimento da História Oral se consolidou no Brasil por meio de congressos, revistas e projetos de pesquisa tanto individuais, como coletivos. As tendências teórico-metodológicas mais presentes são aquelas mencionadas acima, vindas dos Estados Unidos e da Europa.

QUESTÕES DE MÉTODO

O procedimento inicial, inerente à Historiografia, de pesquisa preliminar, firmou-se com a finalidade de detectar lacunas no conhecimento do tema que cabe à História Oral preencher. Nesta perspectiva, a entrevista não deve ser o primeiro passo do estudo, antes precisa ser precedida pela pesquisa bibliográfica e documental, da qual constitui extensão e complemento.

Ao buscar atender às necessidades inerentes à pesquisa, tais como a obtenção de um documento facilmente manuseado e rapidamente lido, passível de catalogação e indexação, a prática da História Oral concentrou-se na transcrição do depoimento, enfrentando o desafio da passagem da linguagem oral à linguagem escrita. Este procedimento, hoje, é entendido como recriação do relato obtido durante a entrevista, que constitui complemento e extensão da documentação escrita, previamente consultada na perspectiva já apontada. Consagrou-se a partir dessas questões um entendimento metodológico que considera válida a realização de uma “limpeza do texto”, das suas deficiências de construção, dos vícios de linguagem, com a finalidade de fixá-lo na forma escrita e, assim, conferir-lhe mais legitimidade em uma perspectiva valorizadora das fontes escritas para a pesquisa histórica.

Não se chegou a este entendimento sem controvérsias. O procedimento de transcrição consiste em um momento crucial por retirar do relato oral a fluidez, a riqueza de sentidos, as diversas possibilidades de interpretação, as diferentes leituras sugeridas pela entonação, pela ênfase, pela emoção, pelas pausas, pelos silêncios e até pelo gestual. Grande parte destas informações se perde na passagem da oralidade ao documento escrito, por mais que esta versão seja sinalizada graficamente com remissão a sentimentos manifestos, gestos, contextos. Submetido à revisão e à edição, o texto escrito afasta-se cada vez mais da palavra falada que passa a ser apenas um degrau para a construção de um texto pleno, sem lugar para lacunas ou erros de linguagem ou de informação. O cuidado com a integridade do documento, por outro lado, deu origem também ao procedimento de revisão da transcrição pelo entrevistado para a produção de um texto final autorizado. Com isso, procura-se garantir, na transcrição, a fidelidade à intenção e à memória do entrevistado, uma vez que a ele caberia a revisão final e a permissão de seu uso na pesquisa.

Dada a desconfiança em relação ao relato oral, considerado um testemunho frágil, além da percepção da interferência do entrevistador no momento da produção do relato, os questionamentos em torno da objetividade do conhecimento referendado pela ciência direcionaram-se para a questão da neutralidade do pesquisador. Discussões importantes giraram em torno do seu possível envolvimento no processo de construção do relato e colocaram em pauta a necessidade de uma atitude de isenção/imparcialidade diante do objeto. Esta isenção seria assegurada pelo afastamento de motivação especial na interpretação dos eventos abordados no processo de rememoração em situação de entrevista. A postura cognitiva esperada seria a de um coletor especular das informações fornecidas pelos que viveram os eventos narrados, procedimento não indutivo, afinado com a Historiografia metódica.

Afinal admitida no campo historiográfico renovado pela valorização de outros documentos além das fontes oficiais e consagrado pela renovação metodológica da chamada Escola dos *Annales*, a História Oral não se isentou da mesma atitude do pesquisador em relação ao uso das fontes escritas. Fez uso do método crítico para que, no momento da construção do discurso histórico, a objetividade fosse garantida.

Além da construção dos relatos, com o percurso de todas as etapas desde a seleção do tema e dos entrevistados até a transcrição e edição dos textos, a História Oral tem motivado a produção e o armazenamento do material assim obtido em grandes arquivos para uso por pesquisadores ou mesmo pelo público mais amplo interessado em conhecer a vida de pessoas notáveis e os eventos por elas narrados.

Tal dicotomia entre entrevistador e analista dos resultados estabelece dois momentos metodológicos distintos, a construção do relato e sua utilização pela escrita da História. O procedimento impregnado de mediações desde o contato inicial com o entrevistado até o trabalho final de catalogação, foi consolidado. O trabalho de campo diferenciado engajou arquivistas na produção de documentos orais, pois segundo esta perspectiva praticamente qualquer pesquisador estaria habilitado a trabalhar em um projeto de entrevistas: pessoas que possuem facilidade de relacionamento, de estabelecer comunicação interpessoal e com certo nível de conhecimento do tema constituiriam oralistas em potencial.

Resultou desse procedimento escassa teorização do ponto de vista historiográfico sobre a História Oral. A ênfase das reflexões incidia sobre a maneira de se produzir a entrevista, a estratégia de aproximação do entrevistado, modos de vestir, de falar, de colocar o gravador, número ideal de entrevistadores, formas de transcrição e outros detalhes essencialmente técnicos. Este tratamento metodológico persistiu até os anos 1970, quando o modelo arquivístico passou a ser questionado em termos do caráter subjetivo do depoimento, do procedimento da entrevista e desta como produto do profundo envolvimento do historiador, seja mediante as questões colocadas, as hipóteses norteadoras do trabalho, as sugestões in-

ditivas, o grau de sutileza nas interferências ao longo da entrevista, perceptível por manifestações de interesse mediante palavras, entonações ou movimentos corporais. O depoimento oral passou a ser considerado, então, em suas relações com as circunstâncias do momento de sua elaboração, com os interesses do entrevistador e do entrevistado, definido como um produto da memória pessoal e extremamente subjetiva, elaborado com participação ativa do entrevistador no fluxo rememorativo.

Os novos direcionamentos metodológicos da História abrem caminho para a subjetividade e apontam sua presença também na construção do documento escrito, constatação que trouxe novos argumentos para a validação dos relatos orais. No entanto, não há como negar a existência atual de uma hegemonia do escrito que implica a subordinação do relato oral à sua transcrição, com repercussões importantes na produção do registro escrito do relato oral. Isto porque o fluxo narrativo, colhido pela rememoração no momento da entrevista, nem sempre se apresenta de forma coerente, ordenado cronologicamente, antes obedece a uma dinâmica própria do processo de recuperação das lembranças, sujeito a vaivéns, contradições, correções, incertezas e esquecimentos.

Opera-se, na construção do relato escrito, uma montagem que compreende uma elaboração conceitual camuflada, pois transcrever significa usar o poder de escrever a memória a partir de um filtro exterior ao sujeito entrevistado, com uma chave lógica não visível que se manifesta no momento da devolução do relato na forma escrita aos sujeitos históricos. Tal constatação tem levado à verificação de que a presença do pesquisador na produção das fontes orais constitui elemento importante para a compreensão da maneira como o relato foi construído. A situação de entrevista é cada vez mais valorizada como relação interativa, de confronto de subjetividades e de procura do outro. A constatação iniludível de seu caráter relacional permite a afirmação da autoria plural dos documentos assim produzidos e alerta o historiador para a necessidade de levar em conta ambas as falas no trabalho de análise das fontes. O reconhecimento de que, na situação de entrevista, todos os envolvidos são *o outro* faz sobressair nos trabalhos construídos com esta metodologia a preocupação com a descrição das relações que se estabelecem entre os dois lados. Em lugar de denunciar as manipulações que ocorrem nos diversos momentos do trabalho com a História Oral, passou-se a enfatizar a concepção da narrativa memorialística como recriação do passado, como representação que percorre um trajeto circular.

Tal constatação remete a outra, muito mais surpreendente para os que, bem intencionados acreditavam estar trabalhando na construção de relatos alternativos e autônomos em relação às versões social e historiograficamente dominantes. A convicção sobre a liberdade de expressão no processo de rememoração ficou fragilizada a partir do momento em que os historiadores oralistas se descobriram participantes privilegiados de uma relação de po-

der que se estabelece e manifesta ao longo de todo o percurso da entrevista. Eles recolhem os testemunhos e, portanto, concedem a palavra, formulam questões que orientam o fluxo rememorativo e o discurso dele resultante, segundo sua própria situação contextual. Transcrevem o relato, recortam seletivamente entre todas as palavras do discurso as que lhes interessam e interpretam as informações, fixando novas versões da História. A própria situação de entrevista é utilizada para esclarecer como se produziu aquele documento. Ou seja, as regras do método histórico e de crítica das fontes são aplicadas inclusive à participação do historiador no processo.

A situação de entrevista pode resultar em algumas surpresas que, por vezes, resultam do esgarçamento dessa relação de poder. É quando o testemunho nos domina nos fascina seja pela força com que coloca certas lembranças, seja pela clareza e contundência com que sua memória se impõe ou pela ressonância profunda que encontra em nossa experiência pessoal. Neste caso, o historiador se retrai para um papel secundário de auxiliar do dizer do outro na tarefa de dar forma a impressões e vivências, deixando enfim fluir livremente as representações de um tempo vivido. Essas constatações nos permitem pensar no trajeto circular da entrevista, que se efetiva no terreno comum do entendimento entre historiador e entrevistado. Esse trajeto inicia-se a partir do sentimento inicial de empatia ou de comunidade de destino e resulta em elaboração e divulgação do texto escrito, na restituição da memória ao narrador e assim no encontro entre a História escrita, e aqueles que a viveram e contaram.

Ao se aproximar dos indivíduos que contaram sua história, a História Oral inaugura um terreno comum de entendimento entre os diversos sujeitos. Esse entendimento ocorre em uma relação de compromisso, da qual não se pode excluir o campo ético, sempre presente nas indagações sobre as fronteiras entre o público e o privado; os limites dos questionamentos feitos; e o tipo de relação que é legítimo estabelecer com o entrevistado. Atualmente, a valorização destes aspectos éticos na pesquisa que envolve seres humanos vivos resulta em maior cuidado na utilização dos relatos orais.

Hoje, o trabalho com as fontes orais aparenta ter expandido seus limites. Voltaram a ser valorizados os estudos sobre a cultura oral, não mais centrados preferencialmente na memória individual, embora esta seja o meio de acesso à memória coletiva. Inicia-se um novo procedimento com o estabelecimento de confrontos entre os documentos autobiográficos escritos e os relatos orais visando delimitar os processos de construção de identidades.

Outro aspecto inovador consiste na valorização das representações, das visões de mundo, do imaginário, do simbólico contido nas lembranças, que leva ao redimensionamento do conceito de verdade histórica e abre novas possibilidades para se considerar o trabalho com a memória portador de legitimidade epistemológica. Em decorrência da busca de versões

alternativas da História capazes de solidificar identidades, o *nós* e o *eles*, estruturantes da construção da identidade, se fazem presentes em pesquisas inovadoras que ressaltam as relações de gênero, classe e etnia.

No campo da História política, a História Oral ocorre com maior vigor nas sociedades onde houve movimentos de impacto e as mudanças estão relacionadas à construção de novas e múltiplas identidades. Nesses espaços, a História oficial e seu discurso lacunar são contestados, bem como o não dito, os silêncios, as omissões, as resistências que, hoje, ocupam o território dos questionamentos e sensibilizam o historiador para os limites do método e de suas possibilidades de expressão das vozes esquecidas.

BIBLIOGRAFIA



ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla B. (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.

FREITAS, Sonia M. **História oral**. Possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Albin Michel, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWM, E. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de. **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 195-222.

MICHELET, Jules. **História da Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MICHELET, Jules. **O povo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

São Paulo (Estado). Secretaria da Educação. **Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias**. São Paulo: SEE, 2010.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 2002.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.